

## Lista negra do desmatamento

Categories : [Notícias](#)

O Ministério do Meio Ambiente divulgou, na tarde desta terça-feira (9), a lista com os 75 maiores desmatadores do Estado do Mato Grosso. Quem encabeça a lista é a fazendeira Rosane Sorge Xavier, que desmatou 16,024 mil hectares no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, sudoeste matogrossense. Em segundo lugar aparece João Ismael Vicentini que desmatou 7,238 mil hectares em Feliz Natal, no norte do Estado. No total, foram desmatados 80,204 mil hectares e extraídos 58,774 mil metros cúbicos de madeira sem autorização, o que daria para encher três mil caminhões. No total, as ações podem resultar na cobrança de mais de 400 milhões de reais.

Ao contrário da polêmica lista dos 100 maiores desmatadores, divulgada em outubro do ano passado, o Incra não aparece na relação. A mudança, segundo o Ministério, deve-se à mudança de critérios. Agora, a lista foi feita a partir dos processos que continham mais provas. Segundo o procurador da Advocacia-Geral da União (AGU), Marcelo Siqueira, as ações contra o Incra correm na AGU em uma câmara de conciliação. Outra mudança da nova lista é a presença de quem beneficia, comercializa ou compra madeira extraída ilegalmente. A exemplo dos receptadores em crimes comuns, tais atores do processo estão sendo processados dessa vez por crime ambiental e, em caso de condenação, serão co-responsabilizados, podendo pagar multa e reparar o dano causado ao meio ambiente.

Segundo a procuradora-geral do Ibama, Andréa Vulcanis, os 75 processos em Mato Grosso correspondem a uma pequena parcela de um total de 7 mil processos contra criminosos ambientais no estado. Desta lista ninguém foi preso, mas os infratores terão que pagar multas proporcionais ao dano ambientais causados e reparar o prejuízo à natureza.

Na primeira lista dos 100 maiores desmatadores, além de Mato Grosso estavam incluídos criminosos do Pará e Rondônia. Agora, a área ambiental do governo decidiu fazer o levantamento de um estado de cada vez. As próximas listas contemplarão o Pará e Rondônia, respectivamente. Em coletiva na tarde de hoje, o ministro Carlos Minc anunciou que nos próximos três meses fará um balanço das ações administrativas.